

- CI -

GESTÃO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: RECORTES SOBRE A POLÍTICA “MAPA EDUCACIONAL” DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ(RN)

Iasmin da Costa Marinho⁵⁹
iasmincostamarinho@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa ora apresentada, tem como objetivo analisar a política municipal “Mapa Educacional” do Município de Mossoró (RN), destacando reflexões sobre a relação Gestão e Qualidade na educação. O Mapa Educacional (ME) tem sido adotado pela Rede Municipal de Educação de Mossoró, desde o ano de 2010, por intermédio da implementação da Lei de Responsabilidade Educacional nº 2.717/2010.

O Mapa Educacional (ME), é compreendido na rede enquanto instrumento de Gestão das escolas em prol da melhoria da qualidade educacional do município. Somando ao ME outras ações têm sido implementadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Mossoró (RN), tais como o Prêmio “Escola de Qualidade” e, o 14º salário aos professores das Unidades de Educação Infantil (UEIs) e de Escolas de Ensino Fundamental. A responsabilização das escolas em prol de padrões de qualidade educacional no âmbito dos sistemas de ensino não é fato novo. As políticas educacionais no Brasil, têm assumido papel norteador na definição da qualidade por meio de políticas de avaliação (BAUER; GATTI, 2013; VIEIRA, 2007a; VIEIRA, 2007b).

Nesse sentido buscamos revistar as produções sobre o tema da Gestão e Qualidade na Educação (FREITAS, 2007; VIEIRA, 2007; OLIVEIRA, 2008; VIEIRA; VIDAL, 2010; MACHADO, 2014), bem como, as pesquisas já desenvolvidas sobre a política do Mapa Educacional (LOBO; 2013; DUARTE, 2015; FERNANDES, 2016). Realizou-se consulta às bases de dados da *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE). Recorreu-se a pesquisa documental, com ênfase na

⁵⁹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Lei de Responsabilidade Educacional nº 2.717/2010, e nos Jornais Oficiais de Mossoró (JOM), contendo o Regulamento do Prêmio “Escola de Qualidade”.

A POLÍTICA MAPA EDUCACIONAL EM MOSSORÓ (RN): BREVE ANÁLISE DOCUMENTAL

O Mapa Educacional (ME), modelo de responsabilização do município de Mossoró (RN), se destaca como um sistema *high stakes* (BROOKE, 2006), pois abrange formas de bonificação salarial, dentre outras de manutenção e aquisição de materiais ou melhorias de infraestruturas às escolas municipais.

A avaliação das escolas, é realizada pela leitura e apreciação das Metas do ME por uma equipe formada pela própria Secretaria, o Comitê do Prêmio Escola de Qualidade. Após a publicação as escolas premiadas recebem o selo de qualidade, e suas respectivas bonificações, em cerimônia pública. O Município de Mossoró (RN), tem adotado a Premiação “Escola de Qualidade” desde 2009, com um bônus do 14º salário aos professores, a partir de avaliação do Mapa Educacional em Unidades de Educação Infantil (UEIs) e Escolas de Ensino Fundamental. Atualmente, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município (SEDUC-Mossoró) publica os resultados das escolas em Jornal Oficial do Município (JOM).

Com a aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional (LRE) de nº 2.717 de 27 de dezembro de 2010, o município estabelece um regime de cooperação com as escolas, estabelecendo um mecanismo de responsabilização para a realização do ME, abrangendo todos os atores envolvidos: escolas, alunos, professores, supervisores e gestores (LOBO, 2014).

De acordo com os estudos de Nigel Brooke (2006), os sistemas de responsabilização integram ingredientes comuns em seu processo, quais sejam: autoridade, avaliação (testes), critérios de padronização, incentivos ou sanções. Neste caso, a **autoridade** se dá por meio da publicação dos diferentes desempenhos entre as escolas por meio do Jornal Oficial de Mossoró (JOM), o que ressalta o caráter supervisor e de acompanhamento do município, potencializando a concorrência entre as instituições. A **avaliação**, é realizada mediante o Mapa Educacional (ME), obedecendo à rigorosos critérios de **padronização**, mediante o Regulamento do Prêmio Escola de Qualidade.

O ME é definido no Art. 9º da LRE (2010) onde está determinado os seus indicadores de avaliação, os quais, as instituições de ensino devem apresentar resultados

anuais comprovados a partir de dossiês, desenvolvidos a partir de 13 Metas que incluem desde os dados de matrícula e evasão escolar, até projetos ou programas instituídos pela escola. Os **incentivos e sanções** se dão pelo Prêmio Escola de Qualidade, do 14º salário dos professores (monetário), e do selo de qualidade (simbólico).

Nesse sentido torna-se oportuno pontuar as limitações do exercício democrático dos gestores, quando estes devem ancorar seus trabalhos nas expectativas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Tais medidas, além de redimensionar o trabalho de diretores e coordenadores escolares, restringe também a autonomia dos professores e demais atores desse processo nas tomadas de decisões sobre as escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Mapa Educacional e seus indicadores tornaram-se os critérios de avaliação exigidos na rede, e na ausência de seu cumprimento, a LRE (2010) responsabiliza os gestores escolares, e demais atores das escolas, destacando penalidades aos diretores, professores, pais e alunos. Dessa forma, o estudo dos documentos oficiais possibilitou lançar luz sobre o que o município compreende como qualidade educacional. A transferência de responsabilidades cria um falso clima de que “todas as escolas podem ser as melhores”, mesmo em condições adversas, reforçando comportamentos de competição entre escolas.

REFERÊNCIAS

BAUER, A; GATTI, B. Ciclo de Debates: Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil - implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. Florianópolis: Insular, 2013.

BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 128, p.377-401, 2006.

DUARTE, Valquíria Gomes. Política de Premiação no município de Mossoró-RN e sua inter-relação com a qualidade da educação. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

FERNANDES, Sheila Beatriz da Silva. Gestão na educação infantil: ações do mapa educacional no município de Mossoró/RN no período de 2011 – 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação.

FREITAS, D. N. T.; REAL, G. C. M. (Orgs.). Políticas e monitoramento da qualidade do ensino fundamental: cenários municipais. Dourados: UFGD, 2011. 368 p.

FREITAS, D. N. T. Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar. Educ. Soc. , Campinas, vol. 28, n. 99, p. 501-521, maio/ago. 2007

LOBO, Gilneide Maria de Oliveira. O que é feito dos dados do IDEB: um estudo sobre o processo de legitimação das estatísticas oficiais. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MACHADO, Cristiane; MUNHOZ ALAVARSE, Ocimar. Qualidade das Escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. Educação & Realidade, vol. 39, núm. 2, abril-junio, 2014, pp. 413-436 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.

OLIVEIRA, R. Bons resultados no IDEB: estudo exploratório de fatores explicativos. São Paulo, 2008. Projeto realizado no âmbito do Observatório da Educação. Ministério de Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. Decreto n. 4.066/2012. Dispõe sobre a instituição do prêmio de 14º salário para os profissionais da educação. Secretaria Municipal de Educação – SMED. Divulgado no Jornal de Mossoró, ano V, n. 174. No dia: sexta-feira, 23 de novembro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. Jornal Oficial de Mossoró (JOM). Ano IX | Nº 401-A (2017).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. Jornal Oficial de Mossoró (JOM). Ano VII | Nº 309-A (2015).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. Lei n. 2.717/2010. Lei de Responsabilidade Educacional. Secretaria Municipal de Educação – SMED. Divulgado no Jornal de Mossoró, ano IV, n. 75-A. No dia: terça feira, 03 de janeiro de 2011.

VIEIRA, S. L. Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense. Estudos Avançados, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 45-60, maio/ago. 2007a.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. RBPAAE – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007b.

VIEIRA, Sofia Lerche.; VIDAL, Eloísa Maia. Gestão e sucesso escolar: visão de diretores versus indicadores. Trabalho publicado nos anais do I Congresso IberoBrasileiro de Política y Administración de la Educación - VI Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação - IV Congresso do Fórum Português de Administração Educacional. Elvas, 2010.